



Anais da Assembléia

N.117

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 16 DE OUTUBRO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 101.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 1986
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Rubens Bueno e Nelson Vasconcellos.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Anibal Khury, Fiori Luiz, Acir Mezzadri, Airton Cordeiro, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Donato Gulin, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer e Wilson Fortes (36). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Luiz Alberto Oliveira, Odeni Mongruel, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos e Tuglio Setogutte (21). Achando-se em licença, o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração nos Anais da Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do DOUTOR MANOEL DÓRIA PINHEIRO GUIMARÃES, ocorrido no dia 14 de Outubro p.p., em nossa Capital.

O Doutor Manoel Dória nasceu na data de 04 de abril de 1910. Seus genitores o Desembargador Carlos Pinheiro Guimarães e Dna. Djanira Dória muito lutaram pela educação de seu filho. Vindo a consagrada vitória ao verem seus pais, o pródigo filho formar-se em Medicina pela, já então, afamada Universidade Federal do Paraná, em 1933.

Desde então, sua vocação para curar os doentes e enfermos serviu-lhe de estandarte até o final de sua vida. Foi médico ferroviário do Exército Brasileiro, assim como também foi médico nos Hospitais Militar de Florianópolis e Geral de Curitiba, respectivamente.

Contudo, sua preocupação foi mais além do que a de confortar e curar os enfermos. Pois, como médico que era, sabia valorizar o maior dos tesouros humanos - a saúde. Por esta razão, tomou as rédeas do Departamento de Saúde Pública de Santa Catarina, onde exerceu o cargo de Diretor. Exerceu as funções de médico na carreira militar nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A perda de tão distinta figura merecedora de mais alto conceito, pelos seus valores profissionais e pessoais, serão sempre motivos enaltecedores de sua memória.

Que a homenagem desta augusta Casa de Leis seja comunicada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.10.86.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, a dispensa da Discussão e Votação da Redação Final, para todos os projetos aprovados em 3.^a Discussão, e que não sofreram emendas em suas tramitações e aprovados na sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 16.10.86.

(a) RUBENS BUENO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 250/86
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Ao Oficial da Polícia Militar que tiver exercido ou venha a exercer o Cargo em Comissão de Comandante Geral da Corporação ou de Chefe da Casa Militar do Governo do Estado, aplica-se o disposto na Lei n. 8.330, de 03.07.86.

Art. 2.º - Para os efeitos desta lei, considera-se como tempo mínimo 1 (hum) ano ininterrupto ou 2 (dois) anos alternados, de exercício de qualquer dos respectivos cargos.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.86.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa, precipuamente, beneficiar os Oficiais da Polícia Militar, que sendo requisitados pelo Governo para desempenhar funções de confiança, como Comandante Geral de Corporação ou de Chefe da Casa Militar do Governo do Estado, ao retornarem aos seus antigos postos ou à inatividade, têm reduzidos, sensivelmente, seus vencimentos voltando a perceber os antigos proventos.

Cabe acrescentar que a Lei n. 8.330, de 03.07.86, "dispõe que o servidor inativo do Estado do Paraná que tenha exercido ou venha exercer após aposentado, cargo em comissão por um período mínimo de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados, terá seus proventos de inatividade revistos".

Portanto, o projeto de lei ora proposto, nada mais é do que a prática do Princípio Constitucional da Isonomia, a de estender, por JUSTIÇA, aos Oficiais Militares que, requisitados a colaborar com o Governo vêm esses esforços reconhecidos com o reajuste de seus proventos ao deixarem essas funções.

PROJETO DE LEI N. 251/86

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica criado o Município de Colombo, o Distrito Administrativo de GUARAITUBA, com as seguintes divisas e confrontações: "Começa no Rio Capivari, na Foz do Arroio Rathiel; pelo Arroio Rathiel acima, divisando com Campina Grande do Sul, até sua cabeceira; deste ponto, por linha seca de divisa intermunicipal, alcança a Rodovia Projetada; pela Rodovia Projetada, o cruzamento com a Estrada Colônia São João-Santa Gema-São Gabriel; pela Estrada Colônia - São João - Santa Gema - São Gabriel até o entroncamento com a Estrada Capivari; pela Estrada Capivari até a Estrada Colombo; pela Estrada Colombo até alcançar o Rio Capivari; pelo Rio

Capivari; divisando com Bocaiuva do Sul, até a Foz do Arroio Rathiel."

A sede deste Distrito fica com as seguintes divisas e confrontações:

"Começa no entroncamento da Estrada da Ribeira com a Rua Presidente Faria; Rua Presidente Faria até a Rua Marcos Cardoso; Rua Marcos Cardoso até o Rio Sem Nome; do Rio Sem Nome até a Divisa Leste da Vila São Paulo; Divisa Leste da Vila São Paulo (inclusive) até a Rua Presidente Faria; Rua Presidente Faria até a Rodovia Projetada; da Rodovia Projetada até a Estrada da Ribeira; da Estrada da Ribeira até a Rua Presidente Faria.

Art. 2.º - Fica denominada de Sede Distrital de Guaraituba, as regiões de Vila Rosemari, Jardim Bela Vista, Vila Galvão e Vila São Paulo.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16/10/86.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A realidade do crescimento da Região Metropolitana de Curitiba em termos populacionais, ocasionou o surgimento de diversas comunidades nas cercanias do Município da Capital, entre elas o aglomerado de vilas populares conhecidas como Guaraituba. Nessa localidade já opera, inclusive, um conjunto de equipamentos públicos para o serviço de seus moradores.

Não obstante, há falta de uma estrutura administrativa de caráter local, que remedie a distância entre o aglomerado de Guaraituba e a sede municipal de Colombo, motivo que justifica plenamente esta Proposição.

Ademais, vinculam-se geograficamente à Guaraituba as regiões de Vilas Rosemari, Jardim Bela Vista; Vila Galvão, Vila São Paulo e, além das lindes territoriais de Curitiba, dentro do eixo da Rodovia BR-476 (Estrada da Ribeira), as Roseira, Santa Gema I e Santa Gema II, situadas após a Estação de Pesquisas da Embrapa.

Com esta elevação a Distrito Administrativo, Guaraituba terá seu vigoroso índice de desenvolvimento não só mantido como acelerado criando melhores condições para que seus habitantes se apliquem ao esforço de produção de produtos hortifrutigrangeiros para o abastecimento da população da Capital.

Razão pela qual, pedimos aos nobres Pares, o devido apoio para o presente Plano de Lei, como também a sua posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passa-se ao Ho-

rário das Lideranças.

Com a palavra, a representação do PMDB. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à Representação do PTB. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à Representação do PDT. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à Representação do PDS. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra a Representação do PFL. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à Representação do PCB. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à Representação do PL. (Declina).

Havendo declinado, declaro encerrada a Hora Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 36 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 74/86 (Mensagem n.100/86 ex-Proposição n.106/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Acordo n.05/86, celebrado em 18/07/86, entre o Estado do Paraná e Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL, com interveniência do Ministério do Interior, visando a execução do Programa de Apudes e Poços no Estado do Paraná. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.75/86 (Mensagem n.118/86 ex-Proposição n.123/86) - oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênios n.675/85, celebrado em 06/11/85 e n.676/85, celebrado em 16/12/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação com os Municípios e datas que especifica, objetivando o fortalecimento do ensino municipal, com vistas à expansão da educação pré-escolar. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 76/86 (Mensagem n.105/86 ex-Proposição n.110/86) - oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio

n.678/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e o Município de Barbosa Ferraz, objetivando propiciar condições com vistas à expansão da educação pré-escolar. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 77/86 (Mensagem n. 123/86 - ex-Proposição n.127/86) - oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 26/12/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e da EMOPAR, com o município de Cruzeiro do Sul, objetivando a construção de prédio destinado a abrigar a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do referido Município. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.78/86 (Mensagem n.95/86 ex-Proposição n.101/86) - oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o termo aditivo datado de 27/12/85, ao Convênio celebrado em 26/06/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e o Município de Contenda, objetivando a cooperação e apoio à melhoria do Ensino Municipal Rural. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 79/86 (Mensagem n. 112/86 - ex-Proposição n.116/86) - oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio n. 18/85, celebrado em 08/01/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, conforme especifica. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.80/86 (Mensagem n. 102/86 - ex-Proposição n.108/86) - oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênios n.660 e 661 celebrados em 21/11/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e, respectivamente, a Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí e a Faculdade de Ciência Humanas "Arnaldo Busato" de Toledo, objetivando a realização de cursos de formação de professores para a educação especial. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.80/86 (Mensagem n.102/86 ex-Proposição n.108/86) - oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e os Municípios, nas datas que especifica, objetivando

criar, em ação conjunta entre os convenientes e a comunidade, serviços na área de Educação como forma de melhores condições para a Educação formal e como ampliação das atividades educativas. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.82/86 (Mensagem n.111/86 - ex-Proposição n.109/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação com os Municípios, nas datas que especifica, objetivando a ação conjunta com vistas à melhoria das condições para a educação formal e ampliação das atividades educativas. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.83/86 (Projeto de Lei n.370/84), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no município de Campo Mourão, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Luiziana. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.84/86, (Projeto de Lei n.161/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no município de Umuarama, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Ivaité. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.86/86 (Mensagem n.120/86 - ex-Proposição n.124/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Termo de re-Ratificação aos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação, com os Municípios, nas datas que especificam, objetivando a aplicação de recursos do FINSOCIAL, na área de Educação pré-escolar. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.87/86 (Mensagem n.113/86 - ex-Proposição n.117/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação com os Municípios e nas datas que especificam, objetivando a execução de Projeto de Cooperação e apoio à Melhoria do Ensino Municipal Rural. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.88/86 (Mensagem n.89/86 ex-Proposição n.97/86), oriundo do PARECER APROVADO POR

UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e os municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de Recursos Financeiros da Cota-Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Gásosos, em 1985. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.89/86 (Mensagem n.112/86 ex-Proposição n.126/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com os municípios e nas datas que especificam, objetivando a construção de prédios destinados às instalações das Circunscrições Regionais de Trânsito nos Municípios signatários. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.90/86 (Mensagem n.117/86 ex-Proposição n.122/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação com os Municípios, nas datas e com os valores que especifica, objetivando a ação conjunta para criar serviços na área da educação como forma de oferta de melhores condições para a educação formal. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.91/86 (Mensagem n.106/86 ex-Proposição n.11/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados em 09/01/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e os Municípios de Cerro Azul e São Mateus do Sul, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, para a promoção e fortalecimento do Ensino de 1º Grau. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.92/86 (Mensagem n.110/86 ex-Proposição n.115/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação com os Municípios e nas datas que especificam, objetivando o desenvolvimento de condições com vistas à expansão da educação pré-escolar. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.93/86 (Mensagem n.109/86 ex-Proposição n.114/86), oriundo do PARECER APROVADO POR

UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação com os Municípios e nas datas adiante mencionados, objetivando o desenvolvimento de condições com vistas à expansão da educação pré-escolar. **Aprovado.**

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Resolução n.94/86 (ex-Proposição n.94/86), oriundo do **PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE** da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 1985. **Aprovado.**

2.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n.86/86 de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que isenta da contribuição do IPE, os servidores inativos filiados ao Instituto. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J., e C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** **Aprovado, artigo por artigo.**

O **SR. PRESIDENTE** - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Manoel Dória Pinheiro Guimarães, ocorrido no dia 14 de outubro do corrente ano, nesta Capital.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando dispensa da Discussão e votação da Redação Final, para todos os projetos aprovados em 3.^a Discussão, e que não sofreram emendas nas suas tramitações e aprovados na sessão de hoje. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Encontram-se em visita à Assembléia, os Vereadores de Toledo, Mário Hildebrand e Roque Ferreira de Lima, bem como uma comitiva de quarenta pessoas de Toledo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 20, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a **DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei n.86/86, e mais trabalho das Comissões Técnicas deste Poder.

Levanta-se a sessão.

4.^a **SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA ATA DA 22.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 1986 QUINTA-FEIRA.**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Rubens Bueno e Nelson Vasconcellos.

Às dez horas e quinze minutos, é re-

gistrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Anibal Khury, Fiori Luiz, Acir Mezadri, Airton Cordeiro, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Donato Gulin, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Guibert, Jorge Maia Filho, José Antônio Bonseca, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer e Wilson Fortes (34). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Luiz Alberto Oliveira, Odeni Mongruel, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos e Tuguio Setogutte (23). Achando-se em licença, o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O **SR. PRESIDENTE** (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O **SR. 2.^o SECRETÁRIO** - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O **SR. 1.^o SECRETÁRIO** - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

O **SR. PRESIDENTE** - (Anibal Khury) Não havendo expediente a ser lido, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constata da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 95/86, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS - CRIART, com sede nesta Capital. - **Aprovado.** - (Public. no D.A. n. 40, de 08.05.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.

100/86 (Mensagem n. 57/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Cascavel, os lotes de terrenos n. 1 a 22, da quadra 6, e 1 a 12 da quadra 157-A, do Loteamento Curitiba, da sede do referido município. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 40, de 08.05.86, Mensagem n. 57/86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 143/86, que dá nova redação ao artigo 3.º, da Lei n. 7231, de 24/10/79, alterado pelo artigo 1.º, da Lei n. 8172, de 11/11/85. (Autoriza o Município de Rio Azul a doar à RADIPAR, área equivalente a 880,40m², para construção de torre retransmissora de televisão, e 900 m², à SANEPAR). - Aprovado. (Public. no D.A. n. 66, de 23/06/86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 146/86, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC), com sede nesta Capital. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 68, de 25/06/86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 147/86, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DA COLÔNIA RIO GRANDE, em São José dos Pinhais - PR, com sede em Colônia Rio Grande, e foro na cidade de São José dos Pinhais. - Aprovado. (Public. no D.A. 68, de 25/06/86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 163/86, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, com sede e foro no Município de Santo Antônio da Platina. Aprovado. (Public. no D.A. 75/86, de 04/08/86).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.